



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

ATA

1.^a REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – RAE – 2021

DATA: 07/05/2021.

INÍCIO: 09:00 h.

TÉRMINO: 10:41 h.

LOCAL: Videoconferência por meio da plataforma Google Meet.

PAUTA: Metas Nacionais. Planejamento Estratégico 2021 a 2026 (área judicial). Outras deliberações.

MEMBROS: Exm.º Sr. Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Coordenador da Comissão; Dr. Jorsenildo Dourado do Nascimento, Dr.ª Elza Vitória de Sá Peixoto Pereira de Mello e Dr. Roberto Santos Taketomi, Juízes de Direito; Chrystiano Lima e Silva, Márcia Rachel de Castro Rizzato, Breno Figueiredo Corado, José Edson Ferreira Nunes Júnior, Eleonora Brandão Castelo Branco, Jéssica Fernanda Fonseca Baker Bastos e Marcela de Alencar Leite Rodrigues, servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Aos sete dias do mês de maio do ano de 2021, às 09:00 h, por meio de videoconferência na plataforma Google Meet, reuniu-se a Comissão de Acompanhamento de Metas Nacionais do Poder Judiciário, instituída pela Portaria n.º 1.524/2020 – PTJ, sendo consignada a presença dos seguintes membros da Comissão: Exm.º Sr. Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Coordenador da Comissão; Dr.ª Elza Vitória de Sá Peixoto Pereira de Mello e Dr. Roberto Santos Taketomi, Juízes de Direito; Chrystiano Lima e Silva, Márcia Rachel de Castro Rizzato, Breno Figueiredo Corado, José Edson Ferreira Nunes Júnior, Eleonora Brandão Castelo Branco, Jéssica Fernanda Fonseca Baker Bastos e Marcela de Alencar Leite Rodrigues, servidores deste Sodalício. Ausência justificada do Dr. Jorsenildo Dourado do Nascimento, membro da Comissão, por motivo de saúde. Procedeu-se, então, à abertura da reunião, conduzida pelo Exm.º Sr. Desembargador-Coordenador, o qual destacou que o encontro teria o objetivo de apresentar e analisar os dados relativos ao desempenho do Tribunal nas Metas Nacionais do colendo Conselho Nacional de Justiça, bem como, de discutir acerca do Planejamento Estratégico de 2021 a 2026, com foco na área judicial. Sendo assim, o Exm.º Sr. Desembargador-Coordenador passou a palavra à servidora Márcia Rizzato, para que fizesse uma breve explanação sobre as áreas em que o Tribunal não alcançou o índice exigido nas Metas de 2020 e sobre o atual cenário de cumprimento das Metas 2021, em cada âmbito, com exceção da Meta 8, que ainda estava pendente de atualização do Painel de Metas. De saída, a servidora passou a tratar acerca da Meta 1 de 2020, relatando que o percentual de cumprimento do Tribunal foi de 99,61% (noventa e nove vírgula sessenta e um por cento), faltando apenas 860 (oitocentos e sessenta) processos para cumprir a meta. Quanto à Meta 3 de 2020, a servidora indicou que o índice do Tribunal foi de 55,51% (cinquenta e cinco vírgula cinquenta e um por cento), faltando 17.893 (dezessete mil, oitocentos e noventa e três) processos para o adimplemento da meta. Em relação às demais Metas de 2020, a servidora asseverou que todas foram devidamente alcançadas. Em seguida, a servidora passou a expor sobre os índices de cumprimento, por âmbito de atuação, revelando que, no primeiro grau, a taxa da Meta 01 de 2020 foi 96,24% (noventa e seis vírgula vinte e quatro por cento); no segundo grau, foi de 81,49% (oitenta e um vírgula quarenta e nove por cento); e nos Juizados Especiais da Capital, foi de 95,53% (noventa e cinco vírgula cinquenta e

três por cento). Na oportunidade, a Dr.^a Elza Pereira destacou que, no âmbito dos Juizados Especiais, houve um aumento considerável do número de processos novos, durante o período da pandemia, momento em que o Exm.^o Sr. Desembargador-Coordenador realçou que foi detectada a prática nominada como “demandas predatórias”, em que ocorre o fracionamento dos pedidos, em várias ações, de modo a burlar o limite máximo do valor da causa para competência dos Juizados Especiais. Ato contínuo, a Dr.^a Elza Pereira e o Dr. Roberto Taketomi assinalaram que o Tribunais de Justiça dos Estados de São Paulo e do Paraná criaram o Núcleo de Monitoramento dos Perfis de Demandas da Corregedoria-Geral de Justiça – NUMOPEDE para identificação e controle das práticas fraudulentas reiteradas, instante em que a servidora Márcia Rizzato explicou o funcionamento da referida iniciativa no Estado de São Paulo, da qual tomou conhecimento em verificação *in loco*. Nesse ensejo, o Exm.^o Sr. Desembargador-Coordenador asseverou que iria verificar, junto à Corregedoria, a possibilidade de implantação de um NUPOMEDE em nossa Corte. Dando continuidade à reunião, a servidora Márcia Rizzato passou a explanar sobre as atuais taxas das Metas em nosso Tribunal. Quanto à Meta 1, registrou que se encontra em 75,75% (setenta e cinco vírgula setenta e cinco por cento), com maior número de processos pendentes na seara do Sistema de Juizados Especiais, razão pela qual o Exm.^o Sr. Desembargador-Coordenador determinou que os dados fossem levados ao conhecimento da Assessoria Virtual, para que trabalhassem com foco nesse âmbito. Na oportunidade, o Dr. Roberto Taketomi sugeriu que, na segunda etapa do retorno presencial, sejam realizados mutirões de conciliação nas Comarcas do Interior com maior de processos pendentes. A servidora Márcia Rizzato, por sua vez, sugeriu o envio de um ofício aos Magistrados de primeiro grau solicitando atenção no cumprimento das Metas, o que foi acatado pelo Exm.^o Sr. Desembargador-Coordenador. No que atine à Meta 2, a servidora Márcia Rizzato informou que já se encontra adimplida. Já em relação à Meta 3, a servidora registrou que o patamar está em 60,46% (sessenta vírgula quarenta e seis por cento), momento em que o Dr. Roberto Taketomi ressaltou, novamente, a necessidade de focar nas conciliações, em especial na fase pré-processual. Destacou, ainda, que o SISPEMEC está trabalhando com foco nas conciliações das ações previdenciárias. No que atine às Metas 4 e 6, a servidora Márcia Rizzato realçou que já estão cumpridas, com taxa de 103,47% (cento e três vírgula quarenta e sete por cento) e 129,59% (cento e vinte e nove vírgula cinquenta e nove por cento), respectivamente. Por fim, no que diz respeito à Meta 8, a servidora informou que o Painel de Metas ainda está com atualização pendente nesta seara. Na oportunidade, a servidora Eleonora Brandão registrou a existência de novas Metas para o ano de 2021, a saber, Meta 5 (taxa de congestionamento, Meta 9 (integrar a Agenda 2030), Meta 11 (aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica) e Meta 12 (impulsionar os processos de ações ambientais). Nesse ensejo, o Dr. Roberto Taketomi enfatizou a necessidade de identificar as unidades com maior taxa de congestionamento, para que haja uma cobrança da Coordenadoria da Comissão, da mesma forma que ocorre com as outras Metas. A servidora Márcia Rizzato, por sua vez, se comprometeu a realizar um estudo, juntamente com setor de Estatística, a respeito de qual seria o percentual ideal de taxa de congestionamento, a ser exigido das unidades de nosso Tribunal. Na segunda parte da reunião, a servidora Márcia Rizzato passou a explanar sobre o Planejamento Estratégico 2021-2026, apresentando o respectivo Mapa. Especificamente quanto aos indicadores a serem utilizados pelo colendo Conselho Nacional de Justiça, a servidora tratou da necessidade de se estabelecer as Metas, ano a ano, apresentando cada um deles, a saber, quanto ao Macrodesafio 1, da celeridade da prestação jurisdicional: taxa de congestionamento das execuções fiscais; taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais -TCL; índice de atendimento à demanda; e tempo de tramitação dos processos pendentes. Às 09:53 h, o Dr. Roberto Taketomi pediu licença para se ausentar por alguns minutos, em razão de compromisso institucional, o que foi concedido pelo Exm.^o Sr. Desembargador-Relator. Dando sequência à explanação, a servidora Márcia Rizzato passou a tratar do segundo Macrodesafio, referente ao enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa, cujos indicadores são: índice de prescrição; tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais; e tempo de tramitação dos processos administrativos disciplinares. Tratou, ainda, do Macrodesafio 3, da prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos, com os seguintes indicadores: índice de conciliação e índice de realização de audiência do art. 334 do Código de Processo Civil; do Macrodesafio 4, da consolidação do sistema de precedentes obrigatórios, cujos indicadores são: tempo médio entre o trânsito em julgado ou sentença de mérito do precedente e a sentença de aplicação da tese, bem como, tempo médio entre a afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs); do Macrodesafio 6, do aprimoramento da gestão da justiça criminal, cujos indicadores são: taxa de encarceramento, tempo médio dos processos criminais pendentes na fase de conhecimento, tempo médio das decisões em execução penal e tempo médio de julgamento em primeira

instância dos presos provisórios. Finalizada a apresentação, a servidora Márcia Rizzato sugeriu o agendamento de uma reunião específica, com alguns membros da Comissão, a saber, Dr.^a Elza Pereira e Dr. Roberto Taketomi, bem como, os servidores Edson Nunes, Eleonora Brandão, Chrystiano Lima e Marcela Rodrigues, para que sejam estabelecidos os percentuais que o Tribunal irá se comprometer a cumprir. Na oportunidade, o Dr. Roberto Taketomi sugeriu que sejam estabelecidos os percentuais e submetidos à apreciação da seara responsável, a fim de se confirmar a possibilidade de adimplemento das Metas estabelecidas. Nesse diapasão, a servidora Márcia Rizzato acrescentou que esse procedimento poderia ser adotado para as áreas judiciais específicas e, quanto ao Tribunal em geral, seria estabelecido e validado pelos próprios membros da Comissão. O servidor Chrystiano Lima, por sua vez, sugeriu que sejam incluídos na mencionada reunião os itens administrativos, momento em que a servidora Eleonora Brandão destacou que, no âmbito administrativo, há apenas uma única pendência, relativa às despesas obrigatórias do orçamento. Na oportunidade, o servidor Edson Nunes apresentou material, que está em desenvolvimento, a respeito do tempo médio de tramitação dos processos em cada Vara e de que forma cada Vara impacta no percentual total do Tribunal. Nesse ensejo, o servidor Chrystiano Lima sugeriu que, após a conclusão desse trabalho, o resultado seja divulgado no sítio eletrônico do Tribunal, de forma a dar amplo conhecimento às próprias unidades e à sociedade em geral, tendo o Exm.^o Sr. Desembargador-Coordenador se comprometido a levar a sugestão à Presidência. Após breve discussão, a reunião específica ficou agendada para o dia 18 de maio de 2021, às 14:00 h. Exauridas as deliberações para o momento, o Exm.^o Sr. Desembargador-Coordenador declarou o encerramento da reunião, às 10:41 h. Nada mais havendo a tratar, eu, Marcela de Alencar Leite Rodrigues, na qualidade de Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, *vai assinada* pelo Exm.^o Sr. Desembargador-Coordenador e demais presentes.

Assinado digitalmente

Desembargador JOSÉ HAMILTON SARAIVA DOS SANTOS
Coordenador da Comissão

Assinado digitalmente

ELZA VITÓRIA DE SÁ PEIXOTO PEREIRA DE MELLO
Juíza de Direito

Assinado digitalmente

ROBERTO SANTOS TAKETOMI
Juiz de Direito

Assinado digitalmente

CHRYSIANO LIMA E SILVA
Secretário-Geral de Administração

Assinado digitalmente

MÁRCIA RACHEL DE CASTRO RIZZATO

Diretora da Divisão de Planejamento

Assinado digitalmente

BRENO FIGUEIREDO CORADO

Divisão de Tecnologia e Informação da Comunicação

Assinado digitalmente

JOSÉ EDSON FERREIRA NUNES JÚNIOR

Coordenador do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica

Assinado digitalmente

MARIA ELEONORA BRANDÃO CASTELO BRANCO

Divisão de Planejamento

Assinado digitalmente

JÉSSICA FERNANDA FÔNSECA BARKER BASTOS

Coordenadoria de Projetos e Processos

Assinado digitalmente

MARCELA DE ALENCAR LEITE RODRIGUES

Secretária da Comissão



Documento assinado eletronicamente por **JOSE HAMILTON SARAIVA DOS SANTOS, Magistrado(a)**, em 30/06/2021, às 10:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcela de Alencar Leite Rodrigues, Assistente Judiciário**, em 01/07/2021, às 16:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ELZA VITORIA DE SA PEIXOTO PEREIRA DE MELLO, Magistrado(a)**, em 21/07/2021, às 10:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ EDSON FERREIRA NUNES JÚNIOR, Analista Judiciário**, em 21/07/2021, às 10:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Santos Taketomi, Magistrado(a)**, em 21/07/2021, às 10:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **BRENO FIGUEIREDO CORADO, Secretário(a)**, em 21/07/2021, às 12:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Chrystiano Lima e Silva, Secretário(a)**, em 21/07/2021, às 13:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA RACHEL DE CASTRO, Diretor(a)**, em 22/07/2021, às 09:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Eleonora Brandão Castelo Branco, Servidor**, em 22/07/2021, às 09:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JESSICA FERNANDA FONSECA BARKER BASTOS, Coordenador(a)**, em 22/07/2021, às 10:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0277875** e o código CRC **9ACE7268**.
